

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE n.º 010/2014

MATÉRIA: EMENTA: "AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA MICROÁREA 07."

ASSUNTO: Projeto de Lei n.º 010/2014

AUTOR: Poder Executivo Municipal

RELATÓRIO

Cuida-se de proposição apresentada pelo Poder Executivo Municipal, na qual informa a necessidade de contratação de 01 Agente Comunitário de Saúde, para fins de suprir vaga na microárea 07. Informa, ainda, que a contratação será pelo prazo de 01 ano podendo ser prorrogado por igual período.

É o breve relatório.

Eis o parecer.

PARECER

A declaração de constitucionalidade do Projeto se impõe.

Com efeito, a intenção do Poder Executivo em contratar pessoal, em caráter provisório e a título precário, pelo prazo informado, tem previsão legal e está devidamente recepcionada na Lei Orgânica, no Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Rondinha/RS e se limita a casos absolutamente excepcionais e de interesse público.

Embora o cargo a ser suprido através de contratos temporários e emergenciais **referir-sem a cargo de provimento efetivo**, a contratação temporária e a título precário está justificada pelos argumentos lançados no presente projeto. Esse fato, *de per si*, justifica a necessidade da contratação temporária.

Outrossim, importa destacar que, em permanecendo a necessidade dos serviços temporários, em prazo superior ao legalmente permitido, deve a administração municipal promover a realização de concurso público, sob pena de afronta à Constituição Federal, no tocante ao ingresso no serviço público.

Ademais, segundo informado, a contratação correrá por conta das dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente, não comprometendo as contas públicas.

Da mesma forma, encontra supedâneo jurídico na possibilidade de provimento de cargo ou emprego público, mediante contratação direta de pessoal pela Administração Pública, ou seja,

independentemente de prévia aprovação em concurso público, no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, bem como o artigo 19, inciso IX, da Constituição Estadual.

Face ao exposto, cumpridas as determinações legais e regimentais, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação.

É o parecer.

Contudo, à consideração superior.

Rondinha/RS, 17 de fevereiro de 2014.

Edmilson Pedrini

Silvana M. Tres Cichelero

João Carlos Bertochi

Marfisa T. M. Pedon

Eduardo Zorzi

Marcelo Gregianin
Assessor Jurídico